

CRIAÇÃO LITERÁRIA - REFLEXÃO URBANA

Profa. Dra. Eliane Ganem (UFF) - elianeganem@elianeganem.com

Resumo: *A criação literária hoje está condicionada aos rumos de uma sociedade urbana alienada, mesmo que politicamente consciente em alguns setores. Alienada da construção de sua própria identidade social - fruto de uma arquitetura do nosso inconsciente, e que invariavelmente é moldada pela reflexão poética da vida. Neste nosso trabalho, pretende-se discutir arte e seus confinamentos numa sociedade de massa. Assim como as condições atuais desse fazer literário, e as dificuldades em se propiciar que novos talentos artísticos literários emergjam dessa massa atrofiada de proletários urbanos voltados principalmente para a sobrevivência física. Interessa para nós como podemos reequipar a sociedade, através de seus representantes formais - a escola, as associações, as entidades públicas e governamentais - de suporte e de instrumental para promover uma reação capaz de incentivar as novas gerações a produzirem arte.*

Palavras-chave: arte – literatura – educação – reflexão urbana

Este trabalho é apenas um ato de reflexão. Nele apenas relato as minhas apreensões neste início do século XXI e me posiciono em torno de questões que considero valiosas. Falando de uma perspectiva urbana, como professora, escritora e pesquisadora, percebo nitidamente que a questão da educação no país passa pela construção prosaica da nossa realidade, excluindo o poético de nossas vidas. Quando me posiciono no sentido de chamar a atenção para esse fato, não posso deixar de mencionar a violência urbana e a ausência de uma transformação a curto e até mesmo a médio prazo.

Assaltada e usurpada pelos cartéis do tráfico de droga, pelo poderio do crime “organizado” e pela atitude paliativa dos governantes e seus representantes, a sociedade não tem elementos para lidar com o poder paralelo, alimentado pela corrupção e pela indecisão política. Tanto as comunidades, os órgãos de classe e até mesmo o poder público se encontram em estado de surpresa diante da barbárie que foi instalada no país pelo crime organizado. E são jovens, a maior parte dos que sustentam os cartéis – incluindo os drogados e os que estão a seu serviço – todos aniquilados pela ausência de perspectiva social, moral, intelectual e existencial. Entorpecidos pela ausência de consciência, pela falta de qualquer educação que ajude a criar uma identidade própria, alimentados pelas mãos dos criminosos, cooptados pelos sonhos da mídia, esses jovens seguem modelos culturais marginalizados, e de uma forma ou de outra constroem um espaço de contestação social de forma inadequada e perigosa.

A situação dos grandes centros se complica a cada dia, porque se trata já de uma sociedade aculturada, provinda de famílias aculturadas, de escolas aculturadas, de

professores aculturados, tanto do ponto de vista da cultura da nossa terra, como também da chamada cultura hegemônica branca, importada e européia, mas que serviu e serve até hoje na construção de uma massa crítica. Conservamos essa cultura hegemônica ainda em pequenos guetos sociais de classe média, como o público que frequenta as universidades e a reduzida elite que viaja para os chamados países de primeiro mundo.

A mídia, a televisão, o rádio, os jornais, que penetram em nossas casas, nas salas de aula, nas ruas, nos bairros, nos grupos, influenciando, distorcendo, criando e determinando muitas vezes o comportamento dos nossos jovens, criam a nossa realidade cotidianamente, impondo para nós muitas vezes um único ponto de vista. Exatamente por causa dessa aparente enxurrada de informação condicionada aos interesses dos donos dos meios de comunicação, os nossos jovens estão a cada dia perdendo um pouco de si e adquirido aqui e ali um determinado *jeito* de estar no mundo. Esse *jeito*, na verdade, atende basicamente a um capitalismo que não propõe – diferente dos países desenvolvidos – a possibilidade de se pensar e de se refletir nem mesmo sobre as condições que geraram isso.

Vamos então rever as condições atuais das famílias, das escolas, das comunidades, das religiões, dos ambientes que se colocam como responsáveis pela passagem do conhecimento às novas gerações.

A partir da revolução social ocorrida nos anos 60, assistimos uma transformação espantosa na família, nos costumes, na sexualidade dos jovens, na mulher, no negro, na homossexualidade, em todas as chamadas minorias da nossa sociedade. Estamos menos preconceituosos, mais abertos à diferença, mais receptivos às mudanças que estão acontecendo na moral, na forma como temos lidado com questões antigas a partir de pressupostos novos. Estamos realmente na pós-modernidade e na possibilidade de partirmos em busca de novos paradigmas para sustentação de nossas novas crenças. Tratamos hoje as doenças não só sob a luz da medicina ocidental, alopática, mas também utilizamos recursos como acupuntura, fitoterapia, homeopatia, etc., e muitas vezes obtemos sucesso. Praticamos licenciamentos espirituais, dentro mesmo do espírito do sincretismo religioso adotado em nosso país. Ou seja, ao mesmo tempo em que oramos nas igrejas cristãs, recorremos à umbanda ou ao espiritismo, que incorporaram também elementos cristãos em seus rituais. Nos grandes centros urbanos vivemos contradições muitas vezes extremas no nosso dia-a-dia, por isso muitas vezes temos dificuldade de aceitar a nossa própria impotência diante de situações que rejeitamos completamente. Os nossos jovens participam de nossa busca, buscando eles

também formas de se inserir ao mesmo tempo em que rejeitam ainda a imposição social que quer introduzir neles normas defasadas e inapropriadas para os tempos atuais.

Por outro lado, enquanto o menino de classe média ainda encontra na família o seu correspondente escolar, os das classes menos privilegiadas estão longe de ter algum tipo de modelo familiar parecido com aquele que a escola pretende para eles. Se antes, o filho de um operário de formação pequeno burguesa procurava alcançar o modelo da criança burguesa, socialmente proposto, hoje – com um grande contingente de menores abandonados e de famílias dilaceradas pelos novos hábitos sociais dos grandes centros – não há nem mesmo motivação para se galgar um lugar social mais elevado, por sua intangibilidade. Na tentativa de minorar essas dificuldades, as escolas públicas e particulares da periferia e dos grandes centros urbanos oscilam entre o autoritarismo à antiga, quando os valores morais eram preservados ao máximo, e as novas concepções de liberdade impostas pelas teorias atuais, na esperança de equipar ainda alguns desses jovens com a expectativa de conquistar um patamar mais elevado na pirâmide social.

A família pequeno-burguesa também se constituirá a partir das contradições que há muito transformaram as classes mais abastadas, abalando já os papéis sociais desempenhados pela mulher e pelo homem, de forma definitiva. O homem, provedor das necessidades econômicas, e a mulher, sustentáculo da unidade familiar, praticamente não existem mais. Hoje a mulher ocupa um lugar de maior importância no mercado de trabalho, atribuindo a si funções que antes eram exclusivamente masculinas, e vice-versa. Já o grande contingente de crianças provindas de morros, favelas ou de locais semelhantes, geralmente filhos de subempregados, profissionais desqualificados, biscateiros, empregadas domésticas e operários da construção civil, por exemplo - representam a maior parte da população brasileira, e dispõem de elementos de sobrevivência adquiridos estritamente em sua prática diária.

Por outro lado, cada criança abandonada representa um custo social altíssimo, que todos estamos pagando. Somos um corpo único, cujos efeitos na violação de algum direito ou dever é prejuízo dividido por todos. Nesse sentido, uma comunidade aculturada produzirá certamente uma escola aculturada, com professores, educadores, crianças e jovens sem identidade, sem interesses, sem posicionamento diante das questões sociais, sem bagagem intelectual, moral e emocional para lidar com o cotidiano esmagador das grandes cidades.

Estamos desorientados diante dos rumos que o capitalismo e a sociedade ocidental tomaram nos últimos anos. Além da importação do neoliberalismo como

modelo econômico, que deu certo apenas nos Estados Unidos - vide Europa e o restante da América do Sul - a cultura ocidental está sendo abalada naquilo que nela havia de mais poderoso – a arte, seja ela de que tipo for, a cultura como base de sustentação social, e a nossa visão de mundo. Perdendo o nosso ponto de apoio, ficamos à deriva de uma aridez ímpar em praticamente todos os segmentos que criavam, produziam e transmitiam arte e cultura. Nos tornamos reféns da ignorância, da falta de tradição – no seu melhor sentido – da falta de memória e da impossibilidade de seguir adiante, pois não temos sequer como ponto de partida o nosso passado. A sensação é como se recomeçássemos cotidianamente uma nova incursão que se esgota ao findar do dia, para no dia seguinte e nos subseqüentes, iniciarmos a mesma jornada incerta que nos leva sempre ao mesmo ponto de partida.

Esse é o resultado das sociedades em declínio, aquelas que se perderam em sua proposta única de fazer de seus elementos a expressão de sua busca em torno da sua própria consciência enquanto nação e corpo desenvolvido. Os registros não são feitos levianamente. Quando uma civilização mantém seus registros históricos, artísticos, literários, etc. está de alguma maneira delegando às futuras gerações o compromisso da continuidade. Este é o momento de pensarmos como podemos resgatar, então, o nosso elo perdido. O que podemos fazer para reintroduzir nas comunidades aculturadas dos grandes centros urbanos a sua dignidade e a sua história. Parece haver um caminho promissor, e esse caminho aponta na reintrodução da cultura e da arte nos espaços urbanos, nos espaços das mentes, na mídia, - tvs, rádios, jornais, etc. - nas escolas, nos professores, nos educadores, nos pais e, conseqüentemente, nas crianças e jovens.

A educação não é apenas passagem de conhecimento, é apuro dos sentidos, sofisticação do ser, cultivo da alma. A educação é quase individual, é uma atenção especial voltada para a criança e para o adolescente, promovendo neles a sua própria descoberta. Na formação da família social moderna, em que a mulher, tanto quanto o homem, se lança no mercado de trabalho em jornadas excessivas, a educação básica, que antes era passada no seio familiar agora também está em boa parte sendo atribuição das escolas e creches. A formação pedagógica de um professor – incluindo a formação prática e teórica – no ensino fundamental, é quase inexistente. Se existe algum tipo de política voltada para a valorização do professor e a sua qualificação, na prática os resultados são inócuos. O que temos na nossa realidade urbana são professores também provenientes de comunidades aculturadas, e que por isso só podem oferecer aquilo que eles conhecem. Em geral o currículo atende a uma necessidade genérica estabelecida

pelo MEC, tornando a todos – mesmo que se saiba das profundas diferenças nesse aglomerado humano das metrópoles – pasteurizados e condicionados a um mesmo padrão social, com as mesmas respostas para as mesmas perguntas, o mesmo inexistente conhecimento do que é estar no mundo hoje diante da globalização e dos prejuízos que se avolumaram em ambientes conflituosos como os das grandes cidades.

A arte no seu sentido poético tangencia a própria existência e a própria criação humana. Nada haveria no planeta que pudéssemos chamar de humano se não fossem as representações, o simbólico e a capacidade de externalizar o nosso mundo interior. A Poética não é apenas uma coisa que os gregos inventaram. É a condição humana, senão todos os gritos solitários das florestas, emitidos pelos nossos ancestrais, não passariam de grunhidos semelhantes aos dos rinocerontes e outros animais. Quando nos juntamos em nossas representações e as nossas representações passam a ser únicas, adotadas por um grupo, temos aquilo que chamamos de cultura. Ou seja, cultivamos coletivamente a nossa arte, os nossos signos, os nossos mitos porque eles criam a nossa identidade como seres que se aproximam pelos mesmos códigos. Se não emitimos mais uns para os outros os nossos códigos – criados até mesmo em épocas distantes de nós – perdemos a nossa identidade como sociedade e mantemos apenas algo semelhante a uma identidade física mal cunhada e, portanto, sujeita a intromissões das mais variadas, que podem até mesmo provocar o nosso suicídio social.

A questão que coloco como centro de discussão aqui é como podemos introduzir o poético nas nossas vidas como forma de resgate e de construção de uma identidade forte e sensível, aberta às discussões que favoreçam o nosso bem-estar no mundo e na sociedade a que pertencemos. Como podemos introduzir a descoberta desse olhar capaz de enxergar o belo, e que nos torna mais vivos e comprometidos com o fato de estarmos aqui nesse planeta por um tempo tão mínimo. Como podemos introduzir em cada um de nós, e também nas nossas crianças e adolescentes, o sentido da arte – a Poética no seu sentido revolucionário, causando uma revolução social na vida dos meninos de rua, dos traficantes, da polícia? Na vida dos pais e professores, na vida dos passantes, dos caminhantes, dos educadores, psicólogos e pedagogos? Na vida dos cientistas, dos pesquisadores, dos que estão ávidos de ganância, corrompidos pelo trabalho alienado, pela selvageria dos grandes centros urbanos, pela necessidade obscura do ganha-pão?

O que é o viver poético? O que é a sensibilidade acurada, os sentidos desenvolvidos, a condição humana aberta para a fruição estética? O que é apuro da

alma, o sentimento do belo, a transformação humana pela arte? Essas questões – conhecidas da Estética – são as que proponho para que os educadores, pais, professores e governantes acrescentem em seu cotidiano como seres humanos, introduzindo em primeiro lugar o belo em suas vidas, vivenciando a arte dos muitos modos que ela se apresenta para nós. Para então, repletos de uma nova possibilidade, abertos a um novo tipo de consciência, passar adiante para seus filhos e alunos o que aprenderam sozinhos – muitas vezes – no recôndito de suas almas, apenas com a estimulação do belo.

Agora vem a pergunta inevitável. Qual o tempo que os pais e os professores dedicam a seu próprio desenvolvimento? Numa sociedade com longas jornadas diárias de trabalho, qual o tempo dispensado para a fruição estética, para o lazer cultural, para a visita dos museus, para uma ida extensa às galerias de arte, na leitura de livros, na troca intelectual, afetiva e emocional com os filhos, os amigos, os mais velhos e mais experientes?

A segunda pergunta, e mais complicada ainda, é como podemos cunhar nas novas gerações, os artistas em potencial que surgem e que por falta de espaço dentro das comunidades, pela ignorância, pela falta de diretriz e de orientação se perdem e deixam de acontecer, criando um ciclo vicioso da ignorância gerando mais ignorância e empobrecimento cultural? Todos nós somos fruto do meio em que vivemos. Sabemos que ser artista não é privilégio de classe social, mas sim de oportunidades que o meio muitas vezes oferece. Os artistas dos séculos XVI até o XIX, na maior parte das vezes não provinham de classes abastadas, mas a maior parte deles se desenvolveu exatamente porque proviam as classes abastadas com a sua arte – como era o caso do mecenato, por exemplo. Hoje a coisa complicou. As classes mais abastadas também são aculturadas em nosso país. Com exceção de alguns poucos, e com exceção também de alguns recursos que dispomos como a Lei do Mecenato, os artistas, em sua grande maioria ficam à deriva de uma situação que favorece apenas a marginalidade.

Um escritor, por exemplo, e eu sei disso porque estou nesse universo de escritores bem sucedidos, precisa de muito tempo para maturação e para criar a sua arte. Um livro às vezes pode consumir um, dois ou até mais anos na vida de um escritor. Tenho dividido meu tempo entre a minha arte e o meu trabalho na universidade. Mesmo sendo aparentemente atividades próximas, a minha produção artística diminuiu consideravelmente depois que passei a me dedicar à pesquisa e à universidade ao longo dos últimos vinte e dois anos.

Portanto, algumas questões como essas fazem parte desse nosso encontro, onde pretendemos discutir a criação literária numa perspectiva urbana. Na situação em que nos encontramos quem lê os livros que escrevemos? Com que periodicidade, com que nível de entendimento? Com que objetivo? Se meramente escolar ou realmente por pura fruição estética? Para quem – nós escritores – escrevemos? Qual a função social – se é que há alguma – dos textos que publicamos? Qual a função social de um editor quando publica um livro de escritor brasileiro? Ou estrangeiro?

Esta reflexão, que está voltada para minimizar um pouco os prejuízos em países pouco desenvolvidos como o nosso, pretende lançar pequenas luzes sobre pontos que convivemos no nosso cotidiano e que estão criando para nós uma sensação de que nos perdemos em algum lugar do nosso passado. E esse lugar muitas vezes também pode ser identificado com as instituições que promovem a arte e a cultura, de uma forma direta ou indireta.

Estamos passando por uma crise institucional forte. Por isso, a questão que se coloca hoje para nós está baseada na responsabilidade das instituições como o lugar da distribuição da riqueza social. Se as instituições – governamentais ou privadas – estão atreladas a interesses de grupo ou se estão corrompidas, inoperantes ou ausentes de sua função social, a sociedade fica à mercê de sua própria incapacidade de gerenciar sua subsistência. As instituições são aglutinadoras e representam a possibilidade de centralizar interesses variados em torno de bens comuns. O bem comum a que nos referimos é a educação e a formação de cidadãos críticos e capazes de assumir seu papel adulto na sociedade. Portanto, essas questões levantadas aqui são parte de um trabalho maior que leva em conta políticas públicas e a responsabilidade social das instituições em seu papel atual de resgate artístico e cultural voltados para uma reconstrução da nossa identidade, mesmo que esta seja multidiversificada.

Portanto, ao pensarmos nas nossas crianças, nos nossos adolescentes hoje, pensamos em uma reforma cultural necessária para que dentro do próprio sistema educacional haja uma mudança. Na verdade, a comunidade e a escola como parte integrantes de um mesmo processo de resgate social que não podem mais estar separadas por objetivos antagônicos. A escola deverá ser equipada para – junto com a comunidade de bairro – criar condições para o fomento de uma cultura que nasça dos anseios do grupo ao qual a própria escola pertence. Essa cultura, valorizada no seu

imaginário, nas suas representações, será o ponto de apoio para que comece a haver um resgate social mais amplo para que essa reconstrução se torne realidade.

Conclusão

Voltando à grande transformação ocorrida a partir da geração dos anos 60, pode-se dizer que essa transformação saiu em parte de escolas que decididamente ensinavam o aluno a ter pensamento próprio. Mesmo levando em conta que a formação naquela época era condicionada ao olhar da cultura ocidental, branca, burguesa, o que foi significativo é que pelo menos esta deu certo naquele momento. Pelas próprias condições planetárias, essa geração de classe média - urbana, principalmente, mas também a interiorana - cresceu nos albores de um pós-guerra, quando então a humanidade havia descoberto o seu pior. Maio de 68 ficou marcado como o momento em que o mundo precisou tomar fôlego e discutir abertamente questões que antes ficavam relegadas aos pensamentos proibidos. As escolas públicas – quem não se lembra do Instituto de Educação e do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro – cumpriam um papel emancipador das mentes das crianças e dos adolescentes, influenciando numa atitude de arrojo intelectual promissor. As escolas particulares eram poucas, e a maior parte pertencia à igreja católica, que apesar de ser demasiadamente rigorosa ainda, tinha em seu quadro docente uma quantidade expressiva de excelentes intelectuais. Respirava-se cultura importada da Europa basicamente. Mas um tipo de cultura que cumpriu durante um bom tempo a função de introduzir nas mentes das crianças e jovens da classe média questionamentos, crítica, avaliação e transformação – que resultou numa revolução dos costumes, da família, da mulher e das chamadas minorias oprimidas.

No final do século XX, a educação aos moldes burgueses se deteriorou, exatamente porque um grande contingente de crianças, adolescentes e jovens continuou excluído, com o agravante agora do estreitamento ocorrido no mercado de trabalho. Pela própria densidade populacional, as oportunidades se restringiram, assim como também se restringiram devido ao modelo econômico e às novas relações sociais de dominação que se impuseram à grande massa. As escolas se retraíram e passaram a cumprir apenas o papel de reprodutor de uma cultura agonizante. Aculturada e afastada dos anseios dos jovens e da comunidade, a escola foi relegada ao plano do “ruim com ela, pior sem

ela”, e seus representantes – professores e educadores – desvalorizados institucionalmente e relegados à função de meros trabalhadores, acabaram por se tornarem excluídos, eles também, do compromisso social na formação de uma massa crítica. O resultado do seu trabalho tem sido medido de acordo com o desleixo que a própria sociedade tem tratado suas crianças e jovens, tornando aquilo que poderia ser prazeroso, do ponto de vista do aprendizado e do ensino, numa carga muitas vezes insuportável para ambos os lados.

O próprio professorado precisa ser treinado pelo Estado – que servirá como gerente e facilitador para que todos os envolvidos possam atuar de forma eficaz e competente – buscando ampliar sua visão de mundo. Esse treinamento passará por estágios de compreensão da nossa cultura, não como cultura popular, mas como a única que nós temos e que diversificada compõe por isso mesmo a riqueza que possuímos. O próprio professorado, em geral treinado para servir aos interesses de uma burguesia, muitas vezes distante, agora precisa ampliar sua própria visão, alargando seus horizontes e contribuindo para o sucesso das relações entre a escola, o jovem e a comunidade.

Iniciei esse trabalho falando que precisamos de uma revolução cultural urgente, inclusive nos profissionais da escola – professores e educadores. Esses educadores estão sendo convidados a se voltar para a nossa brasilidade, para a nossa diversidade, para a nossa riqueza social e trabalhar no resgate da nossa dignidade enquanto povo e enquanto grupamentos específicos e originais. É necessário que tanto os professores, quantos os educadores, quanto os representantes institucionais, se conscientizem da sua importância no resgate da cultura nacional. As nossas crianças e jovens devem ser convocados para a construção de uma identidade urbana, que somadas a identidades regionais contribuam para criar a identidade cultural diversificada do nosso povo.

Estamos vivendo hoje o resultado da aculturação, da repressão, da liquidação até mesmo daquilo que já tínhamos conquistado – a formação dessa massa crítica que nos custou tão caro. A ditadura militar tem o seu quinhão de responsabilidade no atual cenário cultural, mas também e principalmente a aculturação da classe média, promovida pelas escolas de primeiro e segundo graus, acrescida da inexistência de valores familiares – sejam eles quais forem – complicaram ainda mais a situação. A questão política e econômica também tem sido decisiva. O descaso governamental – municipal, estadual e federal – perante situações extremas como a aculturação em massa, o consumo de drogas, o analfabetismo, a marginalização infantil e juvenil, tem

demonstrado que a sociedade está entregue às suas próprias pernas, caminhando com dificuldade, tropeçando, caindo e deitando ao chão a sua dignidade. Portanto, se queremos realmente interferir na formação dos jovens, através de políticas públicas que promovam o seu retorno para a sociedade, enquanto cidadãos e adultos saudáveis, devemos levar em consideração a especificidade atual da aculturação em nosso país e a inexistência de uma massa crítica nos vários segmentos sociais, inclusive nos educadores. Por isso, além de estabelecermos alguns dos critérios que deverão nortear agora a associação estado/escola/comunidade na passagem do conhecimento, no resgate e na integração do jovem num social que está organizado para incluí-lo, nada mais natural do que levarmos em conta como podemos acrescentar nas comunidades, nas escolas, no professorado, e principalmente nos jovens o pensamento crítico, como base de toda ação e construção social na modernidade. Como podemos também reforçar o sentimento de nação, oferecendo ao jovem a possibilidade de participar ativamente do processo de seu próprio resgate social.

Os recursos humanistas que tínhamos ao nosso dispor foram relegados à prateleira do arquivo morto da nossa memória. Pensar filosoficamente, ou seja, pensar na nossa condição humana, na necessidade que temos de buscar elementos para o nosso desenvolvimento individual, são questões que esbarram hoje numa competência funcional inadequada. O mercado de trabalho suprimiu – definitivamente – questões que sempre conduziram a humanidade para o interior de si mesma. Pensar filosoficamente é algo que nos oprime hoje, enquanto sabemos que civilizações inteiras alcançaram altos patamares de desenvolvimento social tendo por objetivo a compreensão básica da sua existência. Portanto, a inclusão da filosofia como disciplina obrigatória, acrescida também da inclusão da arte – literária, teatral, plástica – como disciplina que promove o desenvolvimento estético, e também o estudo da cidadania, são fundamentais para que o sujeito se constitua enquanto ser individual, social, global. Longe de uma História da Filosofia, o pensar filosófico é uma determinada maneira de pensar a existência, seu lugar no mundo, ampliando questionamentos que se desdobram invariavelmente para o corpo social. Por isso a cidadania também é imprescindível, pois tanto do ponto de vista filosófico e existencial, quanto do ponto de vista social, compreender que somos sócios de um empreendimento que pode se tornar cada dia mais próspero, é a primeira condição para a conquista da nossa brasilidade. O estudo da Constituição Brasileira, por exemplo, é primordial para que se crie o sentimento de nação e de ideais comuns que nos aproximam e nos orientam. Portanto, a introdução da filosofia, da arte e da

cidadania no currículo escolar, como disciplinas obrigatórias, fundamentaria as bases para a criação dessa massa crítica e do sentimento de nacionalidade. Estamos juntos na mesma intenção de construir um país em que vale a pena viver.

Essa questão cultural tem sido discutida por diferentes pensadores em vários lugares do mundo. Os pós-modernos, por exemplo, colocam a questão atual de desagregação social condicionada a dois fatores primordiais – a inadequação da educação diante das transformações ocorridas no último século, mas também o rompimento com algumas heranças culturais que nos eram caras. Por isso, respondendo rapidamente às questões colocadas pelos pós-modernos, seria interessante sim que retomássemos, pelos menos naquilo que se mostrou emancipatório, a herança do Iluminismo, mas introduzindo agora as conquistas primordiais dos séculos subsequentes – o desenvolvimento da tecnologia, as conquistas das chamadas minorias, apenas para citar algumas das recentes contribuições da humanidade.

De qualquer maneira, a educação tem sido tão desvirtuada do seu conceito original, que proposta como essa que acabamos de fazer pode ser vista como algo utópico, já que a criação de uma massa crítica, capaz inclusive de criticar seus próprios governantes, seria um convite para que o sistema refletisse periodicamente sobre si mesmo. No entanto, um sistema que se auto-referenda, que exclui a possibilidade de transformar aquilo que não está de acordo com o projeto social comum, está fadado a desaparecer, sendo inevitavelmente descartado – mais cedo ou mais tarde - pela própria sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVICH, Fany . O estranho mundo que se mostra às crianças. São Paulo, Summus, 1983.

- ARENDT, Hanna. Entre o passado e o futuro. São Paulo, Papirus, 1990.
- ARIÈS, Philippe. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro, Zahar, 1978
- BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo, Summus, 1984
- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. Cons. Nac. para la cultura y las artes. México: Grijalbo, 1989
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979
- DONZELOT, Jacques. As polícias das famílias. Rio de Janeiro, Graal, 1980
- ECO, Umberto e BONAZZI, Mariza. Mentiras que parecem verdades. São Paulo, Summus, 1980
- FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- GANEM, Eliane. A reprodução ideológica da criança na Literatura Infanto-Juvenil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1978
- HELD, Jacqueline. O imaginário no poder. São Paulo, Summus, 1980
- KONDER, Leandro. Os marxistas e a arte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967
- LYOTARD, François. O pós-moderno. Rio de Janeiro. José Olympio, 1986
- MERKEL, Johannes e RICHTER, Dieter. Marchem, Phantasie und soziale lernen. Berlin, Basis Verlag, 1974
- MERKEL, Johannes e RICHTER, Dieter. Til Eulenspiegel – der asoziale Held und die Erzieher Kindermediem. Asthetik und Kommunikation. Berlin, Auk Verlag, Abril de 1977